

BRAGA, CINCINATO

*dep. fed. SP 1892-1902 e 1906-1923; pres. Bco Brasil 1923-1925; const. 1934; dep. fed. SP 1935-1937.

Cincinato César da Silva Braga nasceu na fazenda Graciosa, em Belém do Descalvado, município de Piracicaba (SP), no dia 7 de julho de 1864, filho de Domingos José da Silva Braga e de Bárbara Augusta de Matos Braga, de tradicional família paulista.

Fez seus estudos primários no Colégio Padre Antônio José de Castro, em São Carlos do Pinhal (SP), e os secundários de 1878 a 1881 no Colégio Culto à Ciência, em Campinas (SP), sendo aí colega de Alberto Santos Dumont e de Júlio Mesquita. Em 1881 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde passou a integrar desde o início a Confederação Abolicionista Acadêmica. Bacharelando-se em março de 1886 em ciências jurídicas e sociais, envolveu-se abertamente nas campanhas em favor da república e da abolição da escravidão. Ainda em 1886 tornou-se promotor público em São Carlos do Pinhal, mas deixou essa função no ano seguinte a fim de dedicar-se à advocacia.

Iniciou sua carreira política logo após a proclamação da República, elegendo-se deputado à Assembleia Constituinte de São Paulo em 1891, com o apoio dos municípios de São Carlos, Rio Claro, Piracicaba, Jaú, Brotas, Dois Córregos e Jabuticabal. Durante os trabalhos constituintes, discutiu questões relativas à organização do Poder Judiciário e propôs uma corte de arbitramento para dirimir conflitos entre patrões e empregados, proposta essa que a Assembleia rejeitou.

Com a dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891, imposta pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, formou, com Júlio Mesquita, Bueno de Andrade, Paulo Novais, Gonçalves Bastos, Eduardo Guimarães, Rivadávia Correia e Vicente de Carvalho, o grupo de deputados paulistas conhecido como Dissidência Paulista, cujos membros renunciaram a seus mandatos em protesto à moção de solidariedade da Assembleia Legislativa ao presidente estadual Américo Brasiliense, que havia apoiado a ação de Deodoro. Embora tivesse apoiado a eleição de Deodoro para a presidência da República, passou para a oposição, participando, nesse período, da revolta ocorrida em São Paulo contra o golpe do governo. Os revoltosos paulistas criaram uma junta composta por Prudente de Moraes, Manuel Ferraz de Campos Sales, Júlio Mesquita e outros, que encarregou Cincinato de representá-la no Rio de Janeiro, então Distrito Federal,

na conspiração para derrubar Deodoro.

A reação ao fechamento do Congresso, e sobretudo a ameaça da Esquadra de bombardear a capital federal, obrigou Deodoro a renunciar 20 dias depois e passar a chefia do país ao vice-presidente Floriano Peixoto. Assumindo a presidência da República em 23 de novembro de 1891, Floriano reabriu o Congresso e nomeou para o Ministério da Fazenda Francisco de Paula Rodrigues Alves, representante paulista na Câmara dos Deputados. Cincinato Braga foi então eleito para substituir Rodrigues Alves em abril de 1892, e tomou posse em junho do mesmo ano. Tornou a se eleger deputado federal por São Paulo em 1894, 1897 e 1900. Na última legislatura foi um dos signatários do manifesto *Aos republicanos de São Paulo*, de setembro de 1901, que serviu de base à formação da Segunda Dissidência Paulista, liderada por Prudente de Moraes e Júlio Mesquita, que se opunha à indicação de Bernardino de Campos para a chefia do Executivo paulista, feita pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902). Apesar disso, Bernardino de Campos foi presidente de São Paulo de 1902 a 1904.

Na Câmara dos Deputados, Cincinato Braga participou das comissões de Constituição e Justiça, de Diplomacia e Tratados e de Finanças, tendo sido relator de diversos orçamentos. Em seus pronunciamentos destacou a questão da siderurgia e defendeu a alteração radical dos processos de cultura agrícola através da assistência às terras que mostravam sinais de esgotamento. Não conseguindo reeleger-se, em dezembro de 1902, ao concluir seu mandato, deixou a Câmara, e no ano seguinte passou a fazer parte de um grupo de personalidades paulistas que constituíram uma sociedade para explorar terrenos na capital do estado. Depois de adquirir grandes áreas nos bairros do Pacaembu, Jardim América e outros, o grupo transferiu a empresa a capitalistas ingleses, que formaram a City of São Paulo.

Reelegendo-se deputado federal para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, nesta última foi um dos líderes da Campanha Civilista, movimento de caráter antimilitarista que promoveu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República contra a do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito no pleito de março de 1910. Voltou a se eleger para as legislaturas 1912-1914 e 1915-1917, tornando-se nesta última líder de sua bancada na Câmara dos Deputados. Em 1916 renunciou à liderança por discordar da candidatura de Altino Arantes para a presidência de São Paulo. Sua atitude, porém, foi inútil, porque

Altino Arantes acabou sendo eleito para o quadriênio 1916-1920. Mais uma vez eleito para as legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, em maio de 1921 representou o Brasil, juntamente com Raul Fernandes e Gastão da Cunha, no Conselho Executivo da Liga das Nações, reunido em Genebra, na Suíça, após o término da Primeira Guerra Mundial. Desempenhou ainda as mesmas funções na Conferência Internacional do Trabalho, realizada, também em Genebra, no mesmo ano.

Em janeiro de 1923, foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) presidente do Banco do Brasil, em substituição a Daniel de Mendonça. Exerceria a função de fevereiro daquele ano até janeiro de 1925, quando foi substituído por James Darci.

Após a Revolução de 1930, elegeu-se em maio de 1933 deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido, de oposição ao presidente Getúlio Vargas, composta de elementos do Partido Democrático (PD) e do Partido Republicano Paulista (PRP). Assumindo seu mandato em novembro do mesmo ano, representou seu estado na Comissão Constitucional, composta de 26 membros oriundos de todas as bancadas estaduais e da bancada de deputados classistas. Nessa comissão, incumbida do estudo e do anteprojeto da Constituição, foi o responsável, juntamente com José Matoso de Sampaio Correia, pela redação do capítulo referente à Discriminação de Renda e Orçamento.

Em julho de 1934, no final dos trabalhos constituintes, ao ser discutida a sucessão presidencial que seria decidida através de eleição indireta, concedeu entrevista à imprensa explicando sua participação num encontro com elementos considerados de esquerda. Afirmou que comparecera a essa reunião como convidado, sem, no entanto, assumir qualquer compromisso. Alegou que nela fora feito um balanço da coordenação de forças que atuariam na oposição à candidatura de Getúlio Vargas, até então chefe do governo provisório, que contava com o apoio da maioria da Assembleia Constituinte. Segundo suas declarações, a bancada paulista ainda não havia deliberado sobre a eleição presidencial, além da decisão de não sufragar o candidato da maioria. A bancada paulista acabou apoiando Antônio Augusto Borges de Medeiros, mas Vargas foi eleito no dia seguinte à promulgação da nova Carta (16/7/1934) por 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros.

Por decisão da Assembleia, os constituintes tiveram seus mandatos prorrogados até maio do ano seguinte, quando teria início a legislatura ordinária. Assim, em outubro ainda de 1934,

Cincinato Braga tornou a se eleger deputado federal por São Paulo, na legenda do PRP. Em maio de 1937 representou o PRP na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República nas eleições que se realizariam em janeiro do ano seguinte. Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e a dissolução de todos os órgãos legislativos existentes no país, perdeu seu mandato e se retirou da vida pública.

Após a queda de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo em outubro de 1945, foi nomeado em 1949 presidente do Banco do Comércio do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua vida, como historiador e economista, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, além de ter sido sócio fundador do Instituto Histórico de São Paulo. Colaborou ainda em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1953.

Publicou *Caixa de Conversões* (1894), *Indústria pastoril* (1894), *Emissão de papel-moeda* (1894), *Apontamentos históricos sobre a fundação da cidade e município de São Carlos* (1894), *O popular* (1894), *Ação rescisória* (1910), *A questão dos pilões (verdades contra mentiras)* (1910), *O câmbio* (1910), *Questões econômico-financeiras* (1915), *Intensificação econômica do Brasil* (1917), *As secas do Nordeste e a reorganização econômica* (1919), *Ensino industrial, siderurgia etc.* (1919), *Magnum problemas econômicos de São Paulo* (1923, reeditado com o título de *Problemas brasileiros* em 1948), *O Brasil de ontem, de hoje e de amanhã* (estudo econômico-financeiro, 1923), *Brasil novo* (4v., 1930-1931), *O golpe de Estado*.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5136); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); INST. HIST. GEOG. BRAS. *Dic.*; *Jornal do Comércio*, Rio (13/8/1953); LEITE, A. *História*;

LOBO, P. *Velhas*; MELO, L. *Dic.*; MONTEIRO, F. *Banco*; MUSEU DO BANCO DO BRASIL; *Novo dic. de história*; SILVA, H. 1933.